



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Presidida pelo Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Vereador Benedito José do Couto e Secretariada pelo Vereador Luís Roberto Tavares, a Trigésima Sessão Ordinária do Primeiro Ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da relação da matéria, datada de 13 de setembro último. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Senhores Vereadores pela 1ª Secretária, nos termos do disposto no art. 109 da Resolução nº 276, de 9.11.2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o art. 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Senhores Vereadores: Benedito José do Couto (1), Professor Cinoê Duzo (2), Daniel Gasparini dos Santos (3), Daniela Dalben Mota (4), Dayane Amaro Costa (5), João Antônio Pires Gonçalves (6), Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi (7), Laércio Rocha Pires (8), Luís Roberto Tavares (9), Professor Luiz Antônio Guarnieri (10), Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira (11), Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (12), Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (13), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (14), Osvaldo Aparecido Quaglio (15), Waldemar Marcurio Filho (16), e a ausência do Vereador Leonardo David Zaniboni (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Registro de Comparecimentos e Faltas dos Senhores Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. O Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto comunicou que, a partir de hoje, as sessões serão transmitidas via *Web* e também pela Sec-TV. Posto isto, conforme o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto no art. 106, parágrafo único, da citada Resolução, convidou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros para que procedesse a leitura de um salmo da Bíblia. Cumprida dita providência, dando por iniciada a parte reservada ao "EXPEDIENTE", o Senhor Presidente submeteu à apreciação do plenário as atas da Vigésima Nona Sessão Ordinária e Sétima Sessão Extraordinária, realizadas ambas em 9.9.2013, as quais, depois de achadas conformes e aprovadas, foram devidamente assinadas pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, Presidente e 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 128, de 2013, do Prefeito Municipal, acompanhando de Mensagem nº 79 e Ofício nº 79, ambos datados de 9.9.13, “autorizando o Executivo a celebrar convênio com a Associação Resgate à Vida e determina outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação, de Educação, Saúde e Assistência Social e de Finanças e Orçamento). 2. Projeto de Lei nº 129, de 2013, do Prefeito Municipal, acompanhando de Mensagem nº 80 e Ofício nº 80, ambos datados de 9.9.13, “dispondo sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 235.500,00 e determina outras providências”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 3. Projeto de Lei nº 127, de 2013, do Vereador Laércio Rocha Pires, “dispondo sobre a criação do Programa ‘Restaurante Popular’”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 4. Projeto de Lei nº 130, da Mesa da Câmara, “autorizando a reforma das dependências da Câmara Municipal”; (ao exame das Comissões de justiça e Redação, de Obras, Serviços Públicos e Atividades Privadas e de Finanças e Orçamento). 5. Projeto de Lei nº 131, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino “instituinto campanha educativa sobre uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes dentro de casa”; (ao exame das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento). 6. Projeto de Resolução nº 8, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, “alterando e acrescentando dispositivos aos artigos 110, 113 e 151 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno da Câmara)”; (ao exame da Comissão de Justiça e Redação). 7. Balancete Mensal da



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Prefeitura Municipal, de julho de 2013; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). 8. Balancete Mensal da Câmara Municipal, de agosto de 2013; (ao exame da Comissão de Finanças e Orçamento). 9. Ofício datado de 12.9.13 e subscrito pelo Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, comunicando “a indicação da Vereadora Dayane Amaro Costa para compor a comissão Permanente de Justiça e Redação, em substituição à renúncia da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, pelo Art. 33, §2º do Regimento Interno”. Ato contínuo, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs 603, 604, 609 e 614, do Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando “informações sobre a inclusão das ruas do Parque Novacoop e Jardim Copacabana no programa de recuperação de ruas e recapeamento da malha asfáltica; criação de escolinha de futebol no Estádio ‘Ismael Poletini’; e padronização dos pontos de táxi na cidade; instalação de semáforos na Rua José Bonifácio, cruzamento com a Praça Francisco Alves”; nº 605, 611 e 612, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, solicitando “informações sobre a nomeação de Márcio Gustavo Bernardes Reis; destinação dos recursos arrecadados com a zona azul; informações sobre a previsão na LDO de R\$ 8 milhões com merenda escolar terceirizada”; nº 608, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, solicitando “mudança de mão dupla para mão única das ruas Curitiba e José Romanello”; nº 613, do Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando “encaminhamento de projeto de lei sobre a atuação de psicólogos e fonoaudiólogos nas escolas Municipais”. Em seguida, foi aprovada a seguinte **MOÇÃO**: nº 147, do Vereador Benedito José do Couto. “de congratulações e aplausos com o Presidente do Clube Mogiano, Geraldo Donizete Leite, a Diretoria e associados pelos 50 anos de existência”. Na sequência, o Senhor Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Senhor Prefeito: nº 770, 801 e 788, do Vereador Professor Cinoê Duzo, indicando “cobertura, alambrado e portão para o fechamento da Academia ao Ar Livre, do Complexo Lavapés; alteração para mão dupla na Rua Professor Ferreira Lima, defronte o estádio do MMEC;



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

operação tapa-buracos na Rua Alcides Hortêncio, Jardim Santa Helena”; nº 771, 774, 775, 778 e 779, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, indicando “operação tapa-buracos na rua caiapó, Centro; estudos para implantação de redutor de velocidade na Rua Orlando Pacini, Bairro Santa Cruz; que a Elektro - Eletricidade e Serviços S.A. implante iluminação pública no final da Rua da Linha da Penha, Mirante; operação tapa-buracos na Rua Carajá, Mogi Mirim II; poda de árvore na Rua dos Ferroviários, nº 147, Mirante”; nº 772 e 800, do Vereador Laércio Rocha Pires, indicando “ampliação de 2 ou 3 salas de aula na Emeb ‘Prefeito Adib Chaib; recapeamento e operação tapa-buracos nas ruas João Tranchesi e Francisco Antônio Gonçalves, Jardim primavera II”; nº 773, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, indicando “organização de festa de tradições nordestinas no Espaço Cidadão e inserção no calendário Municipal de festejos”; nº 780, 782, 783, 784 e 785, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, indicando “recapeamento asfáltico da Rua Sebastião Souza Campos e Otávio Chagas de Miranda, Jardim Santa Clara; idem na Rua Gregório Felipe e João Vital Filho, Jardim Copacabana; idem na Rua José Magaldi, Novaccop”; idem na Rua Fortunato Badan, Jardim Silvânia; idem para as ruas Carlos de Campos Adorno, Sebastião Fernandes Cortez e Maria Guerreiro Zorzetto, Jardim Planalto Mirim”; nº 796, 797, 798 e 799, da Vereadora Dayane Amaro Costa, indicando “operação tapa-buracos na Rua Olavo Bilac, Jardim Nossa Senhora Aparecida”; nº 796, da Vereadora Daniela Dalben Mota, indicando “treinamento de primeiros socorros para os servidores Municipais; higienização das áreas infestadas com carrapatos; seja feito seminário anual para pessoas portadoras de deficiências, como forma de inclusão e conscientização; orientação para aplicação, manuseio e descarte de herbicidas para a população do assentamento ‘22 de Outubro’”; nº 802, 803 e 808, do Vereador Benedito José do Couto, indicando “cobertura da quadra esportiva da Emeb ‘Professora Ana Isabel da Costa Ferreira’; construção de muro ao redor da Emeb ‘Professora Ana Isabel da Costa Ferreira’; e implantação de redutor de velocidade na Avenida Maria Palliari Casseiro, Parque do Estado II”; nº 804, 805, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, indicando ‘limpeza de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

praça na rua Cônego Carlos Malho, Bairro Dionísio Linares; patrulhamento próximo à Praça Cônego Carlos Malho”; n°s 806 e 807, do Vereador Luís Roberto Tavares, indicando” iluminação para a Rodovia Élzio Mariotoni, Parque das Laranjeiras; idem para a rua Milton da Silveira Pedreira, Parque das Laranjeiras”. A seguir, o Senhor Presidente colocou à disposição dos Senhores Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios n°s 944 a 952, 954 a 969, 970 a 989, 993, 995 a 999, 1001 a 1014, 1016 a 1020, 1022 a 1031, datados de 3 a 13 de setembro de 2013, subscritos pelo Prefeito Municipal, respondendo às proposituras desta edilidade: Requerimentos: n° 508, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; n° 505, 227, 582, 504 e 584, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; n° 466, 464, 481, 479, 480 e 486, da Vereadora Dayane Amaro Costa; n° 338, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; n° 484, 523 e 554, da Vereadora Daniela Dalben Mota; n° 492, da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros; n° 531, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; n° 537, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio; n° 637, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; n° 488, 543 e 559, do Vereador Luís Roberto Tavares; n° 513, 566, 567, 568 e 569, do Vereador Waldemar Marcurio Filho. Indicações: n° 198, 349, 721, 565 e 722, do Vereador Administrador Leonardo David Zaniboni; n° 599, da Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti; n° 83, 411, 375, 559, 630, 647, 648, 651, 652, 653, 654, 655, 656, 657, 658, 659 e 714, do Vereador Luís Roberto Tavares; n° 617, 472, 693 e 726, do Vereador Laércio Rocha Pires; n° 435, 619, do Vereador Professor Cinoê Duzo; n° 569 e 634, da Vereadora Dayane Amaro Costa; n° 452, 614, 664 e 662, da Vereadora Daniela Dalben Mota; n°, 566, 639, 701 e 729, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino; n° 622, 623, 674, 681, 682 e 709, do Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi; n° 603, do Vereador Waldemar Marcurio Filho; n° 660 e 715, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio; n° 671, do Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri; n° 695, da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira; n° 719, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos; (arquivem-se, após dar ciência aos vereadores interessados). Telegramas datados de 13.9.13,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Ministério da Educação, “comunicando a liberação de recursos para os programas Agentes Comunitários de Saúde e Pab Fico”; (arquivem-se). Não havendo mais proposições ou quaisquer outros documentos para ser levados ao conhecimento do plenário, o Senhor Presidente, pelo parágrafo único do art. 108, facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos. O primeiro orador regularmente inscrito, Vereador Waldemar Marcurio Filho saudou todos os presentes e anunciou a eleição do Partido dos Trabalhadores, que deveria ocorrer logo mais, firmando-se como candidato em uma das chapas opositoras, sendo que se aliaria ao Senhor Praxades Ribeiro da Silva, para combater a atual chapa. Em seguida citou sobre o Requerimento 613/13, de sua autoria, encaminhando minuta de projeto ao Prefeito, que dizia respeito à Educação, que necessitava de psicólogos nas escolas. Citou que soube da notícia de uma Diretora agredida com murros e socos pelo aluno. Isso vinha ao encontro de outro projeto de lei de sua autoria, cuidando de medidas na Educação, tendo em vista que alguns jovens estavam violentos e não respeitavam os educadores. Posto isto, concitou os nobres pares a aprovar suas matérias e encerrou a sua participação. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e discursou sobre a transmissão da sessão de hoje pela *Internet* e pela SEC-TV, já que trabalhou muito para levar a transparência ao povo mogimiriano. Em seguida, citou o lançamento do projeto piloto de compostagem e resíduos orgânicos, lançado na Estação Educação, e sentiu-se honrado de estar envolvido neste tema, para um futuro melhor da cidade. Os testes experimentais serão nos Bairros Jardim Planalto e Cecap, e esperava que tudo desse certo, o que tornaria Mogi Mirim referência na região e, quiçá, no Brasil, transformando lixo orgânico em adubo e fertilizantes para jardim. Os parceiros eram a Basf, Inamb, Construrban, Romapak e Visafértil, em parceria com a Prefeitura, que estão desenvolvendo o projeto piloto e sentia-se feliz em participar e, ainda mais, era



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

defensor nato da natureza, da sustentabilidade e do meio ambiente, suas bandeiras de campanha como membro do Partido Verde. Assim, parabenizou o Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp por trazer a experiência que já havia dado certo em quatro cidades do País. Ato contínuo, foi à tribuna o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, o qual disse ter conversado com o Vice-Prefeito e ele deu-lhe uma boa notícia: está em andamento a parceria com uma empresa sobre o projeto de óleo coletivo na cidade, reivindicação de 2008 do Vereador João Antonio Pires Gonçalves. Assim, aguardava as providências para que as residências, lanchonetes e bares pudessem descartar a sobra de óleo de cozinha, zelando pelo meio ambiente. Em seguida, citou que lutava pela ligação da zona norte com o Parque do Estado II, e esperava que a importante obra que beneficiaria em torno de vinte mil pessoas fosse iniciada e concluída em breve; para tanto, o Prefeito estava buscando verbas. Por fim, disse que a Secretária de Trânsito, Beatriz, disse que instalaria semáforo na ligação das ruas do Tucuru e Avenida Brasil e adequação da lombada na rua Itororó, com vistas a evitar acidentes, posto que aconteciam quatro ocorrências por semana naqueles locais. A Vereadora Dayane Amaro Costa saudou os presentes e deu ciência de respostas a alguns requerimentos, e estranhou sobre os dados de adolescentes grávidas; 2010: 55; 2011: 82; e 2012: 125, algo para se trabalhar, porque a Educação já previa cursos sobre a prevenção de gravidez. Em seguida, soube que o número de pacientes de úlcera por pressão causava amputação e estudou-se a abertura de ambulatório para tais ocorrências. No entanto, a resposta do Executivo foi que tal medida seria desnecessária, porque as UBSs já faziam o atendimento devido; porém os números não chegaram à Vereadora Dayane Amaro Costa, que gostaria de fazer o acompanhamento adequado do registro de pessoas que perdiam membros, por uma simples ferida que se alastrava, por falta de cuidados médicos. Em seguida, citou o seu Requerimento de assuntos já abordados pelo Vereador Laércio Rocha Pires e Vereador João Antonio Pires Gonçalves, e a resposta foi que o Município firmou uma parceria com o Hospital de Câncer de Barretos e que o MP liberaria a captação de doadores em setembro. Por fim, disse ter pedido a operação tapa-buracos e a sinalização perto da escola



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Sinhazinha II”, no Jardim Nossa Senhora Aparecida, porque a população reivindicava por tais obras. Posto isto, finalizou o seu discurso. Em seguida, falou a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, a qual saudou os presentes e disse estar preocupada com relação à merenda escolar, e lembrou que em 2005, com a merenda municipalizada, gastou-se R\$ 2.300 milhões no ano; em 2006, o valor saltou para R\$ 6 milhões, pois privatizada. Durante a campanha do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, ouviu-se que ele iria novamente municipalizar a merenda, pois a economia seria alta. No entanto, aparecia a estimativa para o ano vindouro de R\$ 8 milhões e R\$ 36.600 milhões para os demais anos, em média de R\$ 9 milhões ao ano. Diante desses números, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira disse que gostaria de entender melhor os planos governamentais para a merenda, e soube ainda mais que a licitação estava parada. Disse ela que cabia ao Vereador a fiscalização dos feitos e não participaria da licitação, embora estivesse atenta a ela. Por fim, arguiu: “Vai municipalizar a merenda ou vai continuar a privatizar? Se for privatizar, então estará aumentando os gastos, ano a ano, como vemos pelos números.” Na sequência, falou a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, a qual saudou os presentes e parabenizou o Vereador Benedito José do Couto por firmar contrato com a SEC-TV e *Internet* para transmitir o trabalho da Casa Legislativa. Ela disse ter fiscalizado o ocorrido na escola, construída para uma demanda medida erroneamente na gestão passada, e necessitava de ampliação, sendo que foi inaugurada há pouco tempo. Para ela, esse caso dizia respeito à incompetência do ex-Prefeito e daqueles responsáveis, porque o Jardim Floresta foi implantado no local e não era possível dar aula para mais de 40 alunos na sala, pois improdutivo. Em seguida, disse estar triste porque sabia que a cidade aparecia mal colocada na lista da Educação e houve um contato com o ICA para fazer parceria, no sentido de intervir junto à Administração para não cortar o programa educacional e social para as crianças e jovens mogimirianos, bem como os profissionais do ensino. Assim, o Jardim Planalto necessitava de muita atenção do poder público e sabia bem quanto o Vereador Laércio Rocha Pires havia lutado por melhorias naquele bairro; a escola construída e inaugurada



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

recentemente era insuficiente para atender àquela demanda e os alunos não estavam sendo bem assistidos pelo poder público. Disse a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti que acompanhava de perto as ações que estavam ocorrendo e que interferirão diretamente para aquela comunidade. A seguir, discursou o Vereador Luís Roberto Tavares, o qual se referiu ao trânsito da cidade, e relatou que esteve em reunião com a Secretária de Trânsito, Beatriz Gardinalli, e ambos saíram às ruas para averiguar *in loco* as mãos únicas das ruas Aimorés, Guatemala, Artur Juliani e Francisco Dias Reis, defronte a Emeb “Nelson Neves de Souza”, na Vila Dias, onde o trânsito é perigoso, e era necessário implantar mão única. Comunicou, ainda, que, nesta semana, estará na Secretaria Estadual de Transportes, onde iria conseguir feitos para a Rodovia Élzio Mariotoni, que precisava de asfalto nas imediações do Morro do Gravi e a iluminação no trecho que passa pelo Bairro Parque das Laranjeiras. Comunicou ainda que o Secretário Silvio Torres estará em Mogi Mirim na próxima semana, e ele iria discutir a respeito da regularização do Parque das Laranjeiras, já com vistas à audiência pública a ser realizada no dia 30 próximo. Prosseguindo, falou sobre a vinda da Presidente do Sindicato da Enfermagem do Estado de São Paulo, para falar sobre a jornada de trabalho de 30 horas. A fim de pressionar o Governo para fazer vigorar no Brasil a redução da jornada de trabalho para os membros da classe. Em seguida, o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para saudar os presentes e fazer uma denúncia a respeito da escola dirigida pela Professora Márcia Barreto Guidini, pelo descaso do poder público, porque havia várias salas sem luz, fios à mostra, armários danificados, desde julho, e o Poder Executivo não tomava as providências. Assim, estranhou o fato de a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti vir à tribuna para justificar que a escola estava nessa situação por falta de planejamento. Ele disse que estavam colhendo assinaturas para o abaixo-assinado, a fim de encaminhar ao MP para análise, e, ao Vereador cabia um estreito e cuidadoso olhar para o tema. Hoje a escola atende algo em torno de 800 alunos e o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri teceu um rol de providências que deveriam ser tomadas para conter a violência, pois até arma de brinquedo o aluno levava para a escola.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

“Dinheiro para a Educação temos, o que falta é administração. Não estamos sabendo o que fazer e nem sabemos onde vamos chegar. Faltam inspetores escolares para 800 alunos; de dois funcionários, apenas um estava atuando, Dona Amélia! É uma denúncia que faço e medidas urgentes precisam ser tomadas.” – solicitou o Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri. Na sequência, após a desistência do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, assumiu a tribuna o Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi, o qual saudou os presentes e se referiu às Indicações de sua lavra, solicitando operação tapa-buracos na rua Carajás, no bairro Mogi Mirim II e também implantação de redutor de velocidade na rua Orlando Paccini, via de grande tráfego e de alta velocidade, no Bairro Santa Cruz. Em seguida solicitou iluminação pública na rua da Penha, e os moradores poderiam pegar água na bica com maior segurança. Ato contínuo, falou o Vereador Laércio Rocha Pires, que saudou os presentes e comunicou que dia 11 houve audiência pública sobre a reforma do prédio e ele comentou que poderiam ser tirados os nomes dos patronos das salas das portas e colocá-los dentro das salas, porque os nomes dos patronos confundiam os munícipes. O jornal, por sua vez, fez comentários maldosos e impropriedades sobre sua sugestão e pediu aos jornalistas que não agissem sem a devida ética. Sobre a má educação nas escolas, o sistema falido pertencia ao Governo Federal e lamentou que o Ministro Celso de Mello iria inocentar os “ratos de esgoto” do PT que estavam na berlinda no Supremo Tribunal Federal. Abordando outro assunto, o Vereador Laércio Rocha Pires pediu o apoio dos nobres pares para a sua proposta de Restaurante Popular de R\$ 1,00, que poderia ter lugar no prédio do INSS, que iria desocupar o espaço. Assim, disse que bem sabia que a Editora NDJ iria dar parecer contrário à sua ideia, mas pediu o apoio de todos os Vereadores para o assunto. Quanto à escola do Jardim Planalto, disse que esteve no local com o Secretário ambos sabiam que o prédio deveria ser interditado, porque o rodapé do prédio tinha sobras e o prédio estava afundando, o que exigia providências urgentes. A seguir, foi à tribuna o Vereador Professor Cinoê Duzo, que saudou os presentes e citou sobre a segurança nas escolas, perto da comemoração do Dia do Professor. Para ele, eram necessários investimentos na Direção, no corpo docente e um efetivo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

projeto educacional junto aos alunos. No entanto, não havia valorização e reconhecimento dos Professores e dos Guardas Municipais, promessas de campanha e nenhuma delas foi cumprida. O Vereador Professor Cinoê Duzo lecionava em Martim Francisco e também encontrava problemas sociais, e confiava na capacidade da nova Secretária, Rosana Balbão, para que se reunisse e desenvolvesse projetos para a Educação Municipal, e também a convidou a vir à Câmara para expor seus projetos. Prosseguindo citou que muito o incomodava a poluição visual da cidade, e lembrou-se da medida de Gilberto Kassab de retirar todas as placas da cidade de São Paulo. Então, o mesmo poderia ocorrer em Mogi Mirim, principalmente no Complexo Lavapés, que estava repleto de propaganda pessoal do Prefeito. O local é de preservação e não de mais poluição, devendo haver apenas propaganda de conscientização e o dinheiro mal gasto deveria ter sido investido no desassoreamento do lago e recuperação da Academia ao ar Livre. O Presidente Vereador Benedito José do Couto fez constar a presença do Senhor Cristiano Aparecido Firmino Vieira, novo gerente da Caixa Econômica Federal, prestigiando os trabalhos da Câmara. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros foi à tribuna para saudar os presentes e comentou que foi publicada neste fim de semana a revogação do Decreto nº 6284, de 10.9.13, de desapropriação da área onde ficava o Casarão Amarelo, que consta pertencer a Marana Locadora de Imóveis Ltda. Lembrou a Edil que o Prefeito desapropriou a área para instalar o miniterminal de ônibus e agora revogou seu próprio feito. Ela disse que o Prefeito era rápido no procedimento, mas depois voltou atrás, mostrando, realmente, que está faltando juízo e controle nos atos. Disse que avaliou o Plano Plurianual de 2014, 2015 e 2016, imaginando que o Prefeito tinha que estar realmente acompanhando as crianças escolares e disse que iria lutar pela demanda em atividades recreativas, para por termo na violência entre jovens. No entanto, o Prefeito não destinou recursos para tal finalidade, conforme viu no PPA – Plano Plurianual, com pouca verba destinada para os esportes. A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse que soube da criação de nova Secretaria de Consultoria, através do Consórcio de Saúde, na área de Odontologia Preventiva nas escolas, programa que já havia na rede e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o novo ato era desnecessário, por já existir. Para ela, todos os atos que apontou demonstravam desencontro e desacerto na Administração Pública Municipal e o que ela podia ver era que o atual Governo Municipal estava errando cada vez mais, todos os dias. Posto isto, encerrou o seu pronunciamento. Como Líder, assumiu a tribuna a Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que se referiu na escola do Jardim Planalto, e acreditava na Educação à criança e ao jovem, em casa e na escola. Disse não concordar com a ideia de colocar Guarda Municipal dentro da escola, lugar de crescimento pessoal interior. Para ela, é necessário ter educação dentro da escola, e não Guarda Municipal, porque o aluno não deve ser considerado ou tratado como bandido; é preciso ter projetos que levam a criança a gostar de frequentar a escola. Lembrou que houve um incidente com duas crianças numa escola Municipal: guerra de maçãs. Para ela, Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, o aluno que fez guerra de maçãs deveria saber que a fruta foi comprada com o dinheiro do imposto de sua mãe e de seu pai. A maçã acertou os óculos do menino, quebrou a lente, que invadiu o olho e, em 30 dias, poderia se saber se a criança ficará cega ou não. Os educadores tinham que criar condições para que a criança ame a sua escola, pela satisfação, ensino e aprendizagem. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti disse ser a favor de até ser necessário fechar a escola por um período, a fim de contratar profissionais. Quando à merenda escolar, disse ter votado contra o Requerimento da Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, porque não entendia o motivo de ela se recusar a fazer parte da comissão e a fala dela, Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira, demonstrava a ela, oradora, que não estava se referindo ao bem estar da comunidade mogimiriana – como devia ser o ato da vereança - e apenas aos interesses partidários da primeira. Assim, a função do Vereador era acompanhar os projetos de licitação e ele não seria necessário acontecer nada de errado para começar a trabalhar. Notificou a todos que no dia de amanhã comparecerá ao Ministério Público para apresentar documentação relativa à Comissão da Merenda Escolar do ano passado, e que os problemas apontados foram sanados, com a municipalização da merenda por um ano,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

porque qualquer funcionário público sabia que era necessário ter cargos criados por lei e concursos públicos para lotar os cargos, e que as cozinhas deviam ser equipadas, e que isso levava tempo. Também como Líder, assumiu o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que citou sobre a sua propositura que se refere à prevenção de violência nas escolas, trazendo para a Escola os pais e não se pode esquecer que, de 10 professores, 4 já sofreram agressões verbais e físicas do aluno. Prosseguindo, citou que o ECA garante a punição à criança e ao jovem agressor e os Vereadores não poderiam abrir mão do projeto de lei de sua autoria que se refere ao tema. Em seguida, citou a verba de R\$ 200 mil para ampliação da escola do Jardim Planalto, que agrega alunos do Jardim Floresta e, portanto, houve mau planejamento à época da inauguração. Quanto ao desvio de conduta e partidos, se referiu ao Laércio, que o DEM tinha 69% de participação na corrupção; o PMDB com 65%; PSDB: 58%; PP: 26%; PPS, 14%, e assim or diante. O posto que o Vereador Waldemar Marcurio Filho quis chegar é que todos os partidos políticos tinham envolvimento com a corrupção, mas só o PT apareceu na mídia, e acreditava que todos deveriam ser punidos e nenhum corrupto merecia proteção. “Sou petista, adoro o meu partido, sou íntegro e honesto e luto por uma Mogi Mirim melhor e farei o máximo que haja reflexo em prol da população.” – finalizou o Vereador Waldemar Marcurio Filho. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino foi à tribuna para citar sobre sua propositura e procedeu à leitura da justificativa que segue: “O presente projeto de lei tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a desenvolver “Campanha Educativa” sobre o uso de bebidas alcoólicas por crianças e adolescentes dentro de casa, tendo em vista que alcoolismo nunca foi um problema exclusivo dos adultos. Sabemos que não é raro o problema começar em casa, com a hesitação paterna na hora de permitir ou não que o adolescente faça uso do álcool ou com o mau exemplo que alguns pais dão vangloriando-se de serem capazes de beber uma garrafa de uísque ou dez cervejas num final de semana. Saliente-se que não se pode esquecer de que, em qualquer quantidade, o álcool é uma substância tóxica e que o metabolismo das pessoas mais jovens faz com que seus efeitos sejam potencializados. Não se pode esquecer também de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

que ele é responsável pelo aumento do número de acidentes e atos de violência, muitos deles fatais, a que se expõem os usuários. Desta forma, proibir apenas que os adolescentes bebam não adianta. É preciso conversar com eles, expor-lhes a preocupação com sua saúde e segurança e deixar claro que não há acordo possível quanto ao uso e abuso do álcool, dentro ou fora de casa. Assim, o objetivo maior desta Campanha Educativa é orientar, conscientizar, alertar e evitar a população em geral, principalmente pais e filhos, sobre a escolha entre beber e não beber, evitando-se assim que a criança ou adolescente venha sofrer os efeitos do álcool. Portanto, solicito o apoio dos Nobres colegas para que possamos instituir esta Campanha Educativa como meio de ao menos minimizarmos os problemas tão frequentes envolvendo os nossos jovens.” Em seguida, o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino falou ainda de sua defesa à Guarda Municipal, e lembrou-se de seu pedido para equiparação salarial dos Guardas Municipais, Bombeiros e Vigias e aguardava o apoio do Prefeito Municipal. Lembrou ainda que todos os seus pedidos em prol da classe foram considerados pelo Prefeito e foi destinada uma verba de R\$ 100 para o Departamento, incluída no PPA, já tinha um projeto pronto para a construção de vestiário, miniacademia, refeitório e sala de descanso, além da destinação de 3 camionetes S-10 para Martim Francisco, zona rural e Canil. Também comunicou que houve a aquisição de coturnos e cursos de especialização, e contava com o apoio dos Vereadores para tudo o que fosse voltado para a Secretaria de Segurança Municipal. A Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira usou da tribuna como líder para justificar que não participava de licitações em nenhuma área porque a competência e responsabilidade eram exclusivas do Executivo. Quanto à merenda escolar, o público bem conhecia a promessa de campanha governamental do Prefeito Luís Gustavo Antunes Stupp, que criticou a conduta da administração do ex-Prefeito e prometeu municipalizar a merenda. De acordo com as projeções em Reais, via-se que a verba destinada havia encarecido o erário, contradizendo a campanha eleitoral, quando ele disse que iria economizar com a merenda e direcionar para outras áreas. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão às 20h15, conforme o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

disposto no art. 105 da Resolução nº 276/10 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Senhores Vereadores, conforme o disposto no art. 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual se constatou a totalidade dos membros da Casa, o Senhor Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue:

1. Projeto de Lei nº 96, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal “estabelecendo procedimento de controle ambiental para utilização, armazenamento ou transporte de produtos em subprodutos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, no Município de Mogi Mirim”. (Posto a votos, a Casa aprovou, por unanimidade dos Vereadores presentes, o Projeto de Lei nº 96, de 2013, do Prefeito Municipal, em Turno Único); (encaminhe-se o autógrafo ao Executivo, para fins de sanção e promulgação, nos termos regimentais do art. 190). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Senhor Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determina os arts. 114 e 115 da Resolução 276/10 (Regimento Interno vigente). A palavra foi facultada ao Vereador Waldemar Marcurio Filho, o qual disse ter estado com Dirceu Paulino, Gerente de Esportes, ele lhe disse que o projeto já envolveu 120 crianças do Jardim Planalto, no seu novo modelo de esportes projetado para crianças de ruas. A exemplo disso, ele próprio, Vereador Waldemar Marcurio Filho, já organizou um bem sucedido projeto envolvendo 160 crianças em atividades esportivas. A característica do seu projeto era lidar com crianças bem sucedidas na escola e exigir bom comportamento escolar para poder ser admitido no projeto. Assim, parabenizou o Gerente de Esportes pela iniciativa. A Vereadora Professora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti foi à tribuna para citar suas proposituras a respeito do sério problema de trânsito, e a Secretária de Trânsito garantiu que a mudança da Vila Dias está pronta, com mão única para a rua Cuba, atendendo aos pedidos dos moradores do local. Após estudo, viu-se a necessidade de fazer tais alterações. Em seguida citou sobre o “Dia do Imigrante Nordestino” a ser comemorado em 8 de outubro no Estado de São Paulo. Então, solicitou fosse feita a comemoração no Espaço Cidadão e que as



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

entidades se dispusessem a montar tendas para explorar a praça de alimentação. A apresentação de danças populares ficaria a cargo das Escolas públicas e Privadas, que trariam para o palco os costumes e o folclore nordestino. Além do mais, o artesanato também poderia ser comercializado em bancas. Desta forma, a sua propositura feita neste ano poderia render frutos no ano vindouro, a exemplo das festas da gestão de Jamil Bacar, ocorridas no Zerão. No tocante à merenda escolar, reforçou para a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira que entendeu perfeitamente a colocação dela na tribuna, mas não concordava com os argumentos apresentados por ela, pois frágeis e sem embasamento nenhum. Os Vereadores Dayane Amaro Costa e o Vereador João Antonio Pires Gonçalves desistiram de falar. Ato contínuo, a Vereadora Assistente Social Luzia Cristina Côrtes Nogueira voltou à tribuna para citar o Requerimento aprovado hoje, que mencionava se o ex-Prefeito de Jaguariúna fazia parte dos funcionários lotados no Saae - Serviço Autônomo de Água e Esgotos, boato que vinha escutando há tempos. Citou a listagem de funcionários no portal transparência e não viu o nome do Subprefeito de Martim Francisco, outra dúvida que merecia esclarecimento por parte do Executivo. Em seguida, citou que a Feira do Brás foi exaustivamente discutida na sessão passada, mas a Prefeitura de Itapira poderia dar o exemplo, já que, antes de o problema se instalar, o Prefeito já enviou projeto de lei para disciplinar as feiras itinerantes. Embora em Mogi Mirim fosse arguido que o problema era particular, a Prefeitura não poderia se eximir de sua responsabilidade em zelar pela segurança e pela oportunidade do evento junto à comunidade, para depois autorizar o evento, ou não. Sobre a postura do dono do galpão, lamentou a postura do profissional e, em outros lugares, isso não seria perdoado. No dia 25 próximo, seria discutida a questão da dependência química nas escolas, porque muitos tiravam os alunos de dentro das escolas para oferecer-lhes drogas e aguardava a presença de todos na organização a ser realizada na Câmara. O Vereador Luís Roberto Tavares foi à tribuna para dizer de sua preocupação com o meio ambiente e hoje veio a Mogi Mirim o Sr. Carlos, Assessor do Deputado Bruno Covas, e viu as condições do rio Mogi Mirim e a rede hidrográfica da cidade, e ele lhe fez convite para comparecer



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dia 19, na Secretaria do Meio Ambiente, para pedir recursos para a conservação do rio Mogi Mirim, onde alguns poluidores foram identificados e tais empresários já se conscientizaram e não poluíam mais o rio. A respeito do trânsito da rua Cuba, era necessária a implantação de mão única e o projeto de sua autoria abrangia uma reclassificação de mãos nas ruas adjacentes à rua Cuba, ideia que já havia levado ao conhecimento da Secretária de Trânsito, Beatriz Gardinalli, que foi constatar o problema *in loco*, na companhia dele, Vereador Luís Roberto Tavares. O Vereador Professor Luiz Antônio Guarnieri foi à tribuna para confirmar a reunião no dia 19, quinta-feira, 18 horas na sede da Acimm – Associação Comercial e Industrial, onde estarão presentes Albino Mantovani e Gustavo Davoli, para prestarem esclarecimentos sobre o trabalho desenvolvido pela consultoria na área de saúde, relativas à Irmandade de Santa casa de Misericórdia de Mogi Mirim. Os Vereadores Osvaldo Aparecido Quaglio, Vereador Engenheiro Agrônomo Jorge Setoguchi e Vereador Professor Cinoê Duzo desistiram de falar. Em seguida o Vereador Laércio Rocha Pires foi à tribuna para dizer que todos sabiam que o Esporte era a grande saída para crianças e jovens mal encaminhados na Educação ou no lar. No entanto, muitos Vereadores se posicionaram contrariamente à criação de uma Secretaria para a área, e estes precisavam “sair de cima do muro”. Na sua avaliação, há um campo no Parque de Imprensa utilizado apenas em campeonatos e deveria ser melhor utilizado, durante todas as épocas do ano, e seu requerimento se referia ao uso do campo por alunos de escolinhas de futebol e também por moradores do Jardim Planalto. Citou que, na sua avaliação, o Nias – Núcleo de Integração de Ação Social estava sendo mal utilizado e deveria haver maior pressão para que fosse aprovada a Secretaria de Esportes. Disse ter entrado com projeto para a obrigatoriedade de se instalar detector de metais nas escolas, e o Prefeito da época não deu atenção ao tema, que seria repetido neste ano, para evitar que houvesse uma tragédia nas escolas Municipais. Por fim, disse que não via ronda escolar na entrada e saída das escolas e a situação da Escola “Coronel Venâncio” estava crítica e ninguém desejava estudar naquela escola, que apresentava muitos problemas de violência. Na sequência, o Vereador Daniel Gasparini



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dos Santos foi à tribuna para saudar os presentes e fazer referência às suas Indicações, as quais foram atendidas, porque as UBSs receberam mais médicos ginecologistas, contratados pelo Executivo. Em seguida, indicou para que fosse feito o recapeamento das ruas da zona leste da cidade, que, de tão esburacadas, não era possível que se fizesse a operação tapa-buracos, só cabendo um recapeamento total. Ato contínuo, assumiu a tribuna a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, para dizer que a Câmara Municipal nunca teve uma estrutura tão grande como a atual, e que, no entanto, viam-se muitos erros. Disse que faltavam se efetivar as contratações de Procurador Jurídico e talvez a de Controlador Interno, embora já tivesse uma Diretora-Geral e um Assessor da Presidência, a Contabilidade e o Assessor da Contabilidade. No entanto, a pauta de hoje estava errada, o que a frustrava demais. “Pode fechar a lojinha! Não é possível! E vamos ter problemas, o Tribunal de Contas apontando falhas na administração desta Casa, fico inconformada” - finalizou a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. A seguir, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, solicitou ao Vice-Presidente, Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que assumisse a direção dos trabalhos. Cumprindo o disposto no art. 21 do Regimento Interno, o Vice-Presidente no exercício da Presidência facultou o uso da palavra ao nobre Vereador Benedito José do Couto, que saudou os senhores Vereadores e ressaltar que A Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros disse dos apontamentos pelo Tribunal de Contas. Realmente isso ocorria, mas eram apontamentos relativos à Presidência do ano anterior, a de 2012, já devidamente justificados. Disse que a Diretora-Geral elaborava as respostas devidas e as encaminhava ao TCESP e, até agora, quanto as contas de 2013, nada havia que desabonasse, mesmo porque a auditoria será realizada apenas no ano vindouro. Quanto aos apontamentos antigos, o trabalho para solucionar estava sendo feito a contento. “Perceba que já consertamos muitas falhas de outros Presidentes e não acusamos nenhum ex-Presidente. Vejam a clareza nas licitações para a contratação de transmissão das sessões. O que estiver a nosso alcance, fazemos da forma correta e damos respaldo aos apontamentos de outras administrações. Quem é que não erra? Quero



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

deixar claro à Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros que todos erram e só acusar não resolve; quem acusa precisa apontar solução. Ninguém está isento de cometer erros. É importante reconhecer o erro e corrigi-lo. A simples falha na pauta não significa nada, Vereadora. Se eu for investigar erros de outros Presidentes, vou achar, certamente, mas não é meu objetivo investigar erros alheios e criticar ninguém. Meu objetivo é trabalhar para fazer o melhor. Foi uma falta de consideração da senhora com o funcionário da secretaria que cometeu o erro. Estamos aqui para ajudar um ao outro e não para apontar erros.” – finalizou o Vereador Benedito José do Couto, em resposta à crítica feita pela Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros. Em seguida, parabenizou a “Igreja O Brasil Para Cristo”, na pessoa do Pastor Almeida e Presbítero Márcio, que tiveram a iniciativa de fazer o “Biciclístico”, ocorrido no último domingo, no Espaço Cidadão, e o grande louvor dos grupos de várias igrejas, apresentando seus números. Ato contínuo, como Líder, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, o qual saudou os presentes e disse que viria a público para defender a Mesa Diretora atual, e não para atacar nenhum Vereador. Ironizando, complementou: “...porque quem ataca é cachorro. Fui muito atacado quando era carteiro das ruas. Agora não sou mais atacado.” Prosseguindo, citou que a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros alterou a voz, gritou com a Diretora-Geral, na ocasião em que estava decidido contratar um Controlador para a Casa. Em seguida disse que o erro da pauta de hoje não havia sido da Mesa ou do Presidente, e sim de funcionários, pessoas humanas que erram, como todos. “Que levantem e digam quando foi que nunca erraram. Na época que a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros era Presidenta, ela tinha toda a estrutura que temos hoje. Estou mentindo? Vou falar calmamente, sem atacar. Quero saber, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros: em que prejudica a senhora esse erro da pauta dos trabalhos de hoje? No que isso te prejudicou? A Secretaria errou, porque o projeto já foi votado em Extraordinária. Ninguém viu o erro. Todos recebemos a pauta desde cedo e não falamos. Então, todos erramos! A senhora ficou aqui com sua Assessora desde cedo e não viu! E a pauta saiu logo cedo. E a senhora não viu o erro! Quem percebeu o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

erro, agora há pouco, foi a própria funcionária da Secretaria, e retiramos da votação. Ninguém percebeu o erro da Secretaria. A própria moça que errou veio corrigir, reconhecendo o erro. Meu Deus do céu, ninguém mais pode errar aqui dentro? E quero saber, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, no que esse erro da secretaria pode prejudicar a senhora? E mais, Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, esse erro de um projeto da pauta vai gerar algum apontamento no Tribunal de Contas? Aliás, os apontamentos do Tribunal de Contas de agora se referem às contas do Presidente anterior, que é do seu partido, o PSDB, Vereadora: as contas são do Vereador Luís Roberto Tavares. E tais apontamentos das contas de 2012 estão sendo respondidos e os problemas estão sendo sanados. Estou correto?” – frisou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, salientando que as acusações que a Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros fazia na tribuna eram sem nexos, sem cabimento e não sabia o que estava acontecendo com ela. “Eu queria saber o que se passa na cabeça da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros, quando a senhora vem à tribuna. A senhora procura pelo em ovo! Como não há nada para falar, seja mal do Prefeito, ou alguma coisa, a senhora fala que o Tribunal de Contas vai questionar porque houve equívoco na pauta de hoje. Pare com isso, Vereadora! Pelo amor a Deus! Se não tem o que falar, fique quieta, pelo amor a Deus. A senhora me desculpe, mas toda segunda-feira é a mesma coisa: a senhora procura pelo em ovo pra falar mal da Mesa. O que a Mesa fez pra senhora? O que eu, o Presidente Vereador Benedito José do Couto, o Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, a Vereadora Dayane Amaro Costa e o Vereador Luís Roberto Tavares fizemos de mal para a senhora? Fico aqui me perguntando...” – finalizou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que desabafou sobre sua irritação à atitude de crítica da Vereadora Professora Maria Helena Scudeler de Barros e repetiu: “O que está sendo apontado pelo Tribunal de Contas está sendo referente às contas de 2012, do Vereador Luís Roberto Tavares, membro do seu partido e a senhora votou nele para Presidente. Boa noite.” – finalizou o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. O Vereador Waldemar Marcurio Filho foi à tribuna para mencionar as duas audiências públicas do dia 24, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

se referem ao uso de drogas pela criança e adolescente, e também a do dia 25, que se refere ao regime jurídico do servidor público. Assim, convidou todos os munícipes e, em especial, o apoio dos Vereadores. Disse ser o seu primeiro mandato e respeitava todos os membros da Mesa, e sabia que todos podiam errar. Em seguida, citou o ofício que encaminhou ao Vereador Benedito José do Couto, o qual ficou de examinar com cuidado, e pediu instalação de sistema de rádio entre os Vereadores e Assessores respectivos, porque tal sistema não tem custo mensal nenhum, o que consistia numa grande vantagem. Também, o problema de telefonia celular onde havia locais em que a rede não alcançava. Para finalizar, disse que admirava muito o Vereador Benedito José do Couto e demais membros da Mesa. O Vereador Benedito José do Couto respondeu que o pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho estava sendo analisado e receberia a resposta, em breve. Como líder, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio foi à tribuna para falar sobre o uso do campo de futebol, a falta de espaço para escolinhas de futebol. Tal problema não datava de agora e não se sabia desde quando a falta de estádio ocorria na cidade. Citou o Senhor Paulo Bolinha, Harley Diogo e Tônico, que muito trabalharam para a construção dos campos de futebol, que foram construídos com verbas de doações e de associações, porque os Prefeitos não construíam nenhum estádio. “Se não são as Associações de Bairros, os campos não existiriam. O único campo mantido pelo Município é o do Lavapés, e é o pior gramado de todos.” – certificou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, dizendo que a contrapartida do Executivo era importante, mas não existia. Em seguida parabenizou o pessoal da Vila Dias, que se cotizou para a construção do campo de futebol. O Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio lembrou que foi o fundador da Liga de Futebol de Mogi Mirim, da qual foi o primeiro Presidente e, mais tarde, ocupou o mesmo cargo novamente. Convidou o Vereador Laércio Rocha Pires para uma reunião e o alertou que manter um estádio custava muito dinheiro e trabalho e as Associações não gostavam da parceria com escolinhas de futebol porque os estádios se estragavam e o Executivo não fazia a contrapartida, para consertá-los para os campeonatos. O Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino, como líder pediu que seu tempo fosse



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

repassado ao seu liderado, Vereador Laércio Rocha Pires. Após a anuência do Presidente, o Vereador Laércio Rocha Pires saudou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio dizendo que era seu fã, porque ele se posicionava e não ficava jogando dos dois lados, e endossou as palavras dele. Como exemplo, disse que a voçoroca era outro ponto de promessa, onde todos os candidatos prometiam preservá-la e, depois de eleitos, nem ligavam para a conservação do meio ambiente. A sua sugestão era juntar as forças das esferas Municipal, Estadual e Federal e também as empresas privadas e recompor a Voçoroca, tornando-a ponto turístico. Comunicou o orador que, na semana que vem, viriam à cidade os Deputados Arnaldo Jardim e Ricardo Young, defensores do meio ambiente e, a convite do Vice-Prefeito, do Vereador Professor Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino e dele, Vereador Laércio Rocha Pires, haveria a recepção às autoridades, ocasião em que seria anunciado o causador da erosão e a desqualificação do cunho turístico e de lazer da Voçoroca. “De tão feia, ela é bonita!” – reparou, ironicamente, o Vereador Laércio Rocha Pires, sobre a maior Voçoroca do Estado de São Paulo, e sugeriu a reunião dos Vereadores para fazerem comitiva ao local, todos juntos, com vistas a conter o alastramento da erosão da voçoroca. Como não houvesse mais oradores inscritos para falar em “Explicação Pessoal” e nada mais havendo a ser tratado, o Senhor Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h30 do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

RJMB de A